PROJETO DE LEI Nº , DE 2022 (Do Sr. JOSÉ NELTO)

Dispõe sobre a elaboração de estatísticas sobre a violência contra a população LGBTQIA + e contra a população preta, no âmbito Federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º O Poder Executivo elaborará estatísticas sobre a violência que atinge a população LGBTQIA + e a população preta, nela incluídas pessoas negras e pardas, segundo a classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

- § 1º Deverão ser tabulados todos os dados em que conste qualquer forma de agressão que vitime pessoas LGBTQIA+ e/ou pessoas pretas, segundo a classificação proposta pelo IBGE, devendo existir codificação própria e padronizada para todos os órgãos ou entidades que compõem a Administração Pública
 - § 2º A periodicidade não poderá ser superior a 12 (doze) meses.
- § 3º A metodologia utilizada deverá seguir um padrão único para a coleta e tabulação dos dados.
- Art.2º Os dados coletados deverão ser centralizados e disponibilizados para acesso de qualquer cidadão.
- Art. 3º O Poder Executivo deverá regulamentar esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.
- Art.4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária.





Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei pretende instituir a elaboração de estatísticas sobre a violência contra a população LGBTQIA + e contra a população preta, no âmbito Federal, e dá outras providências.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. O IBGE oferece uma visão completa e atual do País, através do desempenho de suas principais funções: Produção e análise de informações estatísticas, coordenação e consolidação, produção e análise de informações geográficas, coordenação e consolidação, estruturação e implantação de um sistema da informações ambientais, documentação e disseminação de informações, coordenação dos sistemas estatístico e cartográfico nacionais.¹

A violência contra gays, travestis e mulheres trans, entre 20 e 39 anos, aumentou no Brasil em 2021. Com 316 vítimas, um dossiê aponta o crescimento de 33% no número de mortes violentas da população LGBTQIA +. Os dados são do Observatório de Mortes e Violências Contra LGBTI+. E foram divulgados seis dias antes do Dia Internacional de Combate à LGBTFobia, celebrado dia 17 de maio. Os números colocam de lados opostos o Brasil e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que em 1948 garantiu a igualdade em dignidade e direitos como inerentes a todos os seres humanos. Foram analisados dados dos crimes contra a população LGBTQIA + durante todo o ano de 2021. De acordo com o Observatório, em seu site, é importante ressaltar que, apesar desse número já representar a grande perda de pessoas, apenas por sua identidade de gênero e/ou orientação sexual, temos indícios

¹ https://www.ibge.gov.br/acesso-informacao/institucional



_



para presumir que esses dados ainda são subnotificados no Brasil. Afinal, a ausência de dados governamentais e a utilização de informações disponíveis na mídia apontam para uma limitação metodológica de pesquisa".²

Em virtude disso, é de suma importância que haja a efetivação da presente proposição, para que se certifique sobre os índices de violência, e correlacione com os motivos que influenciam isso.

Dada a relevância temática, submeto esta proposição aos ilustres pares, rogando o imprescindível apoio para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado **JOSÉ NELTO** (PP/GO)

² https://www.extraclasse.org.br/



_

